



Dep. Legislativo das Comissões  
Fls nº 09  
Assinatura B

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

**DESIGNAÇÃO DE RELATOR**

O Vereador **Fernando Silva**, Presidente da **Comissão Permanente de Constituição e Justiça e Redação**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 91, inciso IV, do Regimento Interno, resolve designar o Vereador Dr. Breno Mendes, membro desta Comissão, para atuar como Relator do Projeto de Lei de nº 4764/2025 de autoria do Vereador Pedro Geovar que *"Dispõe sobre o " Programa Cientistas do Amanhã: Educação, Inovação e Tecnologia" na rede pública de ensino do Município de Porto Velho e dá outras providências."*

§ 1º O prazo para a Comissão exarar parecer que será de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão.

§ 2º Presidente de Comissão terá um prazo improrrogável de 02 (dois) dias para designar Relator, contado do recebimento do Processo.

§ 3º O Relator designado terá um prazo de 07 (sete) dias para emitir seu Parecer.

§ 4º Findo o prazo, sem que o parecer seja apresentado, o Presidente avocará o Processo e emitirá Parecer.

§ 5º...

Gerência das Comissões, 30 de abril de 2025.

**Vereador Fernando Silva**  
**Presidente da CCJR- 2025**





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
GABINETE VEREADOR DR. BRENO MENDES  
FISCAL DO POVO

Vereador  
**Dr. Breno**  
**Mendes**  
FISCAL DO POVO

Dep. Legião Comissões

Fis nº 10

Assinatura 8

## PARECER JURÍDICO

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Assunto:** Projeto de Lei Ordinária nº 4764/2025

**Ementa:** Institui o "Programa Cientistas do Amanhã: Educação, Inovação e Tecnologia" na rede pública de ensino do Município de Porto Velho.

**Autor:** Vereador Pedro Geovar

**Relator:** Vereador Dr. Breno Mendes – Fiscal do Povo

#### I. RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Ordinária nº 4764/2025, de autoria do Vereador Pedro Geovar, propõe a criação do **Programa Cientistas do Amanhã: Educação, Inovação e Tecnologia**, com aplicação no âmbito da rede pública municipal de ensino. A iniciativa tem como objetivo fomentar o letramento científico, o uso de metodologias interdisciplinares (com ênfase no modelo STEAM), o incentivo à realização de feiras de ciências e a formação continuada de professores nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

A proposta também prevê a implantação de laboratórios escolares, o fortalecimento da inclusão digital e a possibilidade de parcerias com instituições públicas, privadas ou do setor produtivo, visando ampliar o acesso de estudantes à tecnologia e à experimentação científica desde os anos iniciais do ensino fundamental.

*Eis o necessário.*

#### II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

##### 1. Competência legislativa

A matéria encontra-se no âmbito da **competência legislativa municipal**, nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, e artigo 7º, inciso VIII, e artigo 67, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, que autorizam o Município a legislar sobre educação, inclusão tecnológica e fomento ao desenvolvimento local.

Além disso, trata-se de tema de interesse local que **não conflita com normas gerais da União nem invade competência do Executivo**, tratando-se de diretrizes educacionais de natureza autorizativa e programática.

##### 2. Constitucionalidade e legalidade

O projeto **não apresenta vício de iniciativa**, uma vez que não impõe obrigações financeiras automáticas nem reestrutura a administração pública, limitando-se a estabelecer princípios e diretrizes para o desenvolvimento de política pública educacional.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especialmente no **RE 878.911/DF (Tema 917)**, permite que o legislador municipal institua programas públicos desde que

Câmara Municipal de Porto Velho | R. Belém, 139 – Embratel, Porto Velho – RO – CEP 78905-210  
Gabinete do Vereador Dr. Breno Mendes – Fiscal do Povo  
Celular/Whatsapp: (69) 99290-7070 | gabinetedrbrenomendes@gmail.com





**não interfira na organização administrativa nem crie despesa obrigatória sem previsão orçamentária.**

A proposta ainda se alinha com os artigos 205 a 214 da Constituição Federal, que tratam da educação como direito de todos e dever do Estado, bem como com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que valoriza a inovação pedagógica, a formação continuada de professores e a articulação entre teoria e prática.

### 3. Técnica legislativa

A estrutura da norma atende, em linhas gerais, aos critérios formais da Lei Complementar nº 95/1998, com texto claro, organizado e coerente. Contudo, podem ser sugeridos os seguintes ajustes redacionais:

- A ementa poderia omitir a expressão “e dá outras providências”, que é genérica e desnecessária.
- Recomenda-se desdobrar os incisos do artigo 3º para garantir numeração correta, pois há repetição do inciso II.
- A remissão a “órgão competente do Poder Executivo” no artigo 4º poderia ser mais específica, mencionando a Secretaria Municipal de Educação.
- A expressão “instituições funcionais” no artigo 5º é vaga; sugere-se substituição por “instituições públicas e privadas com atuação na área educacional ou tecnológica”.

Ainda que tais ajustes não comprometam a validade jurídica do projeto, sua correção contribuirá para maior precisão normativa.

### 4. Impacto financeiro e responsabilidade fiscal

O projeto não cria despesa pública imediata, tampouco estabelece obrigação de execução orçamentária compulsória. A execução do programa dependerá de ato discricionário do Executivo, nos limites da disponibilidade orçamentária e da regulamentação futura.

A cláusula prevista no artigo 7º (“as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário”) é comum em normas autorizativas e não infringe o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), já que não configura renúncia de receita ou aumento de despesa sem fonte de custeio.

### III. CONCLUSÃO

O Projeto de Lei nº 4764/2025 está redigido em conformidade com os princípios constitucionais, respeita os limites da competência legislativa municipal, não gera impacto financeiro direto e obrigatório e apresenta estrutura adequada sob a perspectiva da técnica legislativa.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
GABINETE VEREADOR DR. BRENO MENDES  
FISCAL DO POVO

Vereador  
**Breno**  
Mendes

FISCAL DO POVO

Fls nº

Assinatura

Comissões

18

B

A iniciativa é meritória, alinha-se a diretrizes nacionais e internacionais de incentivo à inovação na educação e está adequada para tramitação.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 4764/2025, de autoria do Vereador Pedro Geovar, com recomendação de correção técnica nos dispositivos de redação.

Porto Velho/RO, sexta-feira, 09 de maio de 2025

DR. BRENO MENDES  
FISCAL DO POVO  
VEREADOR - AVANTE



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

**Propositura:** Projeto de Lei nº 4764/2025

**Autoria:** Vereador Pedro Geovar

**Assunto:** " Dispõe sobre o "Programa Cientistas do Amanhã: Educação, Inovação e Tecnologia" na rede pública de ensino do Município de Porto Velho e dá outras providências."

**PARECER Nº 59/2025**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores (a),

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação/2025**, após análise da relatoria do Vereador Breno Mendes Fiscal do Povo, opina favoravelmente ao presente Projeto de Lei (Projeto de Lei 4764/2025, de autoria do Vereador Pedro Geovar), entendendo pela constitucionalidade e juridicidade da proposição, e, no mérito, votando pela sua aprovação.

Se constituindo em PARECER desta Comissão, somos favorável à aprovação da matéria, s.m.j.

Gerência das Comissões, 21 de maio de 2025.

**Ver. Fernando Silva**  
Presidente/CCJ  
- 2025 -

**Ver. Dr. Breno Mendes**  
1º Secretário/CCJR  
- 2025 -

**Ver. Pastor Evanildo**  
2º Secretário/CCJR  
- 2025 -